



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – PT/BA**

REQUERIMENTO N.º _____ / 2019

(Do Sr. Nelson Pellegrino e Do Sr. Carlos Zarattini)

Requer seja convidado o
Ministro de Estado de Minas e
Energia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, caput, e 58, § 2º, inciso III ambos da Constituição Federal e na forma do art. 219, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado o Senhor Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia, para prestar esclarecimento sobre o fechamento da Petrobras na Bahia e o desmonte da Petrobras no Nordeste.

JUSTIFICATIVA

Enquanto a Petrobras nega a pretensão de encerrar as atividades na Bahia, o Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro-BA) afirma que a empresa já até anunciou um Programa de Desligamento Voluntário (PDV). Segundo a entidade, o PDV foi apresentado na última sexta-feira (13) e visa atingir os trabalhadores de unidades como o prédio Torre Pituba, localizado no bairro do Itaigara, em Salvador.

Os petroleiros vão discutir com governadores do Nordeste o possível fechamento da Petrobras na Bahia, segundo informou o diretor do Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro-BA), Radiovaldo Costa. De acordo com Costa, na Bahia, há cerca de quatro mil trabalhadores concursados da Petrobras e cerca de 13 mil terceirizados, contratados por diversas empresas. Diante desse quadro, o Sindipetro deu início a um trabalho de mobilização com a categoria, com a classe



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – PT/BA**

política e com demais membros da sociedade, a fim de demonstrar resistência à medida.

O "processo de desinvestimento" prevê três etapas: recrutamento interno, procedimento de desligamento por acordo (PDA) e o já citado Programa de Desligamento Voluntário (PDV) Específico.

Ocorre, ainda, que a Petrobras vai desfazer o contrato firmado com a Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social) para o uso da Torre Pituba, prédio administrativo da empresa em Salvador.

De acordo com Costa, o prédio foi construído pela fundação por determinação da própria Petrobras nos moldes em que ela definiu "e agora ela quer fazer o destrato". O diretor apostava, inclusive, que a Petrobras vai entrar com uma ação na justiça para tentar não pagar a multa de quebra de contrato. Isso comprova que não há uma justificativa econômica nem financeira, o problema é político e não se pode aceitar essa perseguição do atual governo da Petrobras contra a Bahia e contra os baianos.

A desocupação do prédio, afirma o Sindipetro, vai resultar na transferência da maioria dos cerca de 1,5 mil trabalhadores diretos da empresa e na rescisão de contratos das empresas terceirizadas, o que deve levar à demissão de cerca de dois mil trabalhadores. Além disso, o contrato de aluguel prevê retorno do investimento integral, no valor de R\$ 1 bilhão, ao fundo. A empresa de capital misto paga R\$ 6,8 milhões de aluguel à fundação mensalmente.

Pelo acima exposto, faz-se necessário que o Ministro de Estado de Minas e Energia seja convocado por esta Comissão para que venha prestar esclarecimentos sobre os fatos narrados.

Sala das Reuniões, 17 de setembro de 2019.

**NELSON PELLEGRINO
Deputado Federal PT/BA**

**CARLOS ZARATTINI
Deputado Federal PT/SP**